

Expansão da China e Imperialismo - Uma breve elucidação

The China's Expansion and Imperialism - a brief elucidation

MARCELO PEREIRA FERNANDES | mapefern@gmail.com;

RUBIA CRISTINA WEGNER | rubicawegner@gmail.com;

Professores do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Recebimento do artigo Dezembro de 2018 | **Aceite** Dezembro de 2018

Resumo Um dos traços mais marcantes da economia mundial refere-se ao rápido desenvolvimento econômico da China desde a vitória da revolução em 1949, e particularmente a partir das reformas em 1978. A presença de investimentos chineses em várias partes do mundo, em especial em economias periféricas, é objeto de controvérsias. Entre elas a suposição de que a China se tornou um país imperialista. O imperialismo é um conceito nem sempre utilizado com o devido rigor. A disseminação do conceito relacionado à exploração dos países pobres pelos países centrais ajudou a empobrecer o próprio estudo sobre o tema que na sua origem também estava relacionado à disputa entre países centrais e o papel do capital financeiro. O objetivo deste artigo é analisar a recente expansão chinesa e apontar se é possível inseri-la na concepção leninista de imperialismo que consideramos a mais adequada para explicar a atual expansão do capitalismo. Assim sendo, a visão que desenvolveremos compreende que a China mantém a construção do socialismo, ainda que com características próprias e que, portanto, seu desenvolvimento não se apresenta como imperialismo. **Palavras-Chave** Imperialismo; China; socialismo; desenvolvimento.

Abstract One of the most striking features of the world economy refers to China's rapid economic development since the victory of the revolution in 1949, and particularly since the reforms in 1978. The presence of Chinese investments in various parts of the world, especially in peripheral economies, is the object of controversies. Among them is the assumption that China has become an imperialist country. Imperialism is a concept not always used with due rigor. The dissemination of the concept related to the exploitation of poor countries by the central countries helped to impoverish the study itself on the subject, which in its origin was also related to the dispute between central countries and the role of financial capital. The purpose of this paper is to analyze the recent Chinese expansion and to point out if it is possible to insert it in the Leninist conception of imperialism that we consider the most adequate to explain the current expansion of capitalism. Thus, the vision that we will develop understands that China maintains the construction of socialism, although with its own characteristics and, therefore, its development does not present itself as imperialism. **Keywords** Imperialism; China; socialism; development.

Camaradas! Enquanto construímos nosso próprio país, nossa classe trabalhadora deve sempre ter em mente o proletariado e os povos e nações oprimidos do mundo. Temos de continuar a fortalecer a nossa unidade com os trabalhadores e os povos revolucionários em todo o mundo e apoiar as suas lutas contra o imperialismo (...).
Deng Xiaoping (1978)

Introdução

Um dos traços mais marcantes da economia internacional refere-se ao rápido desenvolvimento econômico da China desde a vitória da revolução socialista em outubro de 1949, e particularmente com as reformas econômicas executadas a partir de 1978. Esse rápido desenvolvimento vem modificando o panorama econômico e político em todo mundo.

A China está entre as economias que mais recebem investimento externo direto (IED) e também entre aquelas que mais enviam. A presença de investimentos chineses em várias partes do mundo, em especial em economias periféricas é objeto de controvérsias. Entre elas, a suposição de que a China se tornou um país imperialista e daí a exploração de países subdesenvolvidos e pobres. Nesta visão, a China seria um típico país capitalista que estaria inundando os países com suas mercadorias baratas, e se desenvolvendo a partir da exploração de mão de obra a baixo custo e de recursos naturais das economias periféricas, sobretudo do continente africano (KLARE, 2012), por uma burguesia interna cada vez mais abastada. A iniciativa chinesa *One Belt One Road*, por exemplo, parece assustar o Ocidente ou pelo menos tem servido de desculpa para se contrapor a presença chinesa na Eurásia. No mesmo tom, a ex-candidata à presidência dos Estados Unidos, Hilary Clinton, alertou recentemente que a busca da China em obter maior influência em países estrangeiros criou uma “*new global battle*” (DOHERTY; ROY, 2018). Curiosamente esta é uma ideia que possui adeptos tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Pode-se citar Metcalf (2006) pela direita e Bond (2014), Rousset (2014a; 2014b) e Turner, et al (2014) pela esquerda, por exemplo.

O imperialismo é um conceito nem sempre utilizado com o devido rigor. A disseminação do conceito relacionado à exploração dos países pobres pelos países centrais ajudou a empobrecer o próprio estudo sobre o tema que na sua origem também estava relacionado à disputa entre países centrais e o papel do capital financeiro. Neste artigo buscaremos apresentar o conceito desenvolvido por Lenin.

O objetivo deste artigo, ainda de caráter introdutório, é analisar a recente expansão chinesa e verificar se ela se insere na concepção de imperialismo, em particular a concepção leninista que nós consideramos a mais adequada para explicar o atual movimento do capitalismo. Além desta introdução, o artigo está dividido em mais quatro seções. Na primeira seção analisaremos o conceito de imperialismo desenvolvido por Lenin, em especial a ideia de cadeia imperialista. Na segunda seção analisaremos alguns autores que atribuem a China o papel de nação imperialista. Na terceira seção discutiremos a importância dada pelas lideranças chinesas a necessidade do desenvolvimento econômico. Na quarta seção faremos alguns comentários que tentam explicar a expansão chinesa, em especial no continente africano, sem, no entanto, aceitar a hipótese do imperialismo chinês. Por fim, as considerações finais.

Imperialismo: Aspectos Teóricos

O conceito de imperialismo nunca se caracterizou por uma abordagem teórica única. Milios e Sotiropoulos (2009) apontam que o conceito se tornou popular nos movimentos dos trabalhadores em todo mundo, especialmente dentro dos partidos comunistas. Porém, essa dissemina-

ção tornou o conceito superficial quando não contraditório, “usado principalmente para denunciar o imperialismo ‘ruim’, seus ‘planos’ e a miséria (MILIOS; SOTIROPOULOS; 2009, p.1). Entendemos que a análise de Lenin, desenvolvida por autores como Sakellariopoulos e Sotiris (2015), além de atual, escapa das armadilhas que Milios e Sotiropoulos (2009) alertaram.

De acordo com Lenin (1979), o imperialismo seria um estágio específico do modo de produção capitalista que foi o resultado de uma mudança substancial na sua estrutura organizacional; o estágio do capitalismo monopolista, e não meramente uma política “preferida” do capital financeiro de expansão territorial e controle econômico-político. Iniciado no último quartel do século XIX, o imperialismo é um fenômeno intrínseco do capitalismo, o resultado das tendências do processo de acumulação de capital – em que prevalecem a sua concentração e centralização – e das contradições que surgem da luta de classes no capitalismo analisadas por Marx. Nesse estágio, em que prevalecem os monopólios, as crises não seriam suprimidas, nem a concorrência entre os diferentes capitais seria eliminada. Longe disso, o monopólio amplificaria a anarquia e as contradições do mundo econômico, colocando a competição num patamar em que os conflitos seriam intensificados.

Lenin (1979) identificaria no capital financeiro a força central do imperialismo. É na esfera financeira que se observaria uma mudança de qualidade no sistema: ao contrário do estágio anterior em que prevaleceria o capitalismo industrial, o impulso econômico do imperialismo estaria na *haute finance*. Desse modo, a particularidade do imperialismo estaria na necessidade intrínseca de exportar capital, e não na exportação de mercadorias. Por meio da exportação de capital o caráter internacional do capitalismo com todas as suas contradições econômicas e sociais se afirmaria de forma agressiva e irreversível. E não por meio da incorporação formal de territórios, tal como Lenin (1979, p. 735) advertiu ao citar a dominação informal britânica sobre Brasil, Argentina e Uruguai (MAZZUCHELLI, 1985; SAKELLAROPOULOS; SOTIRIS, 2015).

No entanto, a exportação de capitais não seria um movimento resultante da queda da taxa de lucro das economias mais avançadas. Lenin compreendia que o capitalismo tem um caráter expansivo, que se revelaria na tendência ao aumento ilimitado da produção e, assim, na incessante busca por novos mercados. Por isso, os mercados externos são necessários.¹ Portanto, não se trataria de um fenômeno que expresse uma limitação particular do capitalismo, seja por falta de consumo dos trabalhadores que impossibilitaria a realização do mais-valor, seja pela queda da taxa de lucro: ao contrário é uma decorrência justamente do caráter expansivo do capitalismo, e a sua tendência à produção ilimitada, o que não se confunde com uma restrição.

Do mesmo modo, a concepção de cadeia imperialista formulada por Lenin continua uma descrição clara das relações hierárquicas, desiguais e complexas derivadas da reprodução do capital no sistema internacional. Ela congrega as potências capitalistas existentes cada qual com um nível de desenvolvimento. De acordo com Milios e Sotiropoulos (2009, p. 19), a noção de cadeia imperialista levaria à formulação de duas questões. Primeiramente, a lei do desenvolvimento desigual. Segundo Lenin a estabilidade do sistema é impossível, já que o desenvolvimento desigual provocaria mudanças na correlação de forças das nações mais avançadas, com a tendência de erosão do poder do centro em relação a novos polos de poder com maior dinamismo econômico. Logo, as contradições entre as potências que compõem a cadeia imperialista se intensificariam (LENIN, 1979). A lei do desenvolvimento desigual é decisiva para explicar as relações conflituosas entre os países da cadeia imperialista, oferecendo uma base econômica para as guerras.

1 La competencia obliga a los capitalistas a ampliar de continuo su producción y a buscar mercados en el exterior para la venta en masa de sus productos” (LENIN, 2013 [1893]).

Em segundo lugar, a questão do elo mais fraco da cadeia imperialista. O desenvolvimento desigual criaria a possibilidade de revoluções nos elos relativamente mais fracos da cadeia imperialista, e não naqueles Estados em que as forças produtivas estariam mais desenvolvidas, como inicialmente Marx e Engels previram. Porém, é importante sublinhar que essa é uma posição relativa: os países que fazem parte da cadeia imperialista seriam mais fracos ou fortes em relação aos demais elos da cadeia (POULANTZAS 1979: 23).

Mais um ponto a destacar refere-se a questão das lutas nacionais inserida por Lênin no debate sobre o imperialismo. Isto significou uma virada radical em relação àqueles que reconheciam algo de positivo no colonialismo, como Eduard Bernstein e Van Kol (FIORI, 2007, p.65). Lênin percebeu a opressão nacional como um fator potencial para revolução proletária e tomada do poder, associando a luta de classes em cada nação à luta anti-imperialista de libertação nacional. Lênin rompeu com o etnocentrismo dominante no movimento operário europeu, contribuindo tanto para descolonizar o marxismo quanto para que o movimento operário entrasse em sintonia com a luta dos povos da periferia do sistema mundial. Não é por acaso que a maior parte dos movimentos de descolonização, especialmente após 1945, se identificava com o movimento comunista e a tradição anti-imperialista. Assim que o objetivo da independência era alcançado grande parte desses países se assumia de orientação socialista (HOBSBAWM, 1992). Estas são questões que merecem atenção visto que a revolução chinesa que levou o Partido Comunista da China (PCCh) ao poder também foi uma revolução ant imperialista.

“Imperialismo Chinês”

Alguns autores consideram que a China se tornou um país imperialista. Entre eles destacaremos Bond (2014), Rousset (2014a; 2014b), Turner (2014) e Metcalf (2011). Com a exceção de Metcalf, todos consideram que isso se dá a partir de uma ruptura com o processo de construção do socialismo na China ocorrido com a ascensão de Deng Xiaoping no fim dos anos 1970.

Bond, seguindo a tradição da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, afirma que os países que compõem os BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são países com uma tendência sub-imperialistas. E com uma visão de imperialismo próxima a Rosa Luxemburgo, mas antagônica a visão de Lenin que vimos na seção anterior, Bond (2014) destaca que nas condições de crise capitalista tanto dentro dos países imperialistas quanto dos países sub-imperialistas existem fortes pressões para o capital buscar mercados externos para solucionar as crises de realização. O imperialismo se manifestaria especialmente em formas de coerção extra-econômicas entre as esferas capitalistas e não capitalistas.

Conforme Bond (2014) as relações do imperialismo com os aliados sub-imperialistas sempre implicaram superexploração do trabalho em cada país. Bond cita o exemplo da China como um caso de superexploração do trabalho. O processo de urbanização da China estaria levando milhares de famílias do campo a buscarem trabalho nas cidades, ganhando salários muito mais baixos. Ademais, essa relação de superexploração seria transferida para arena internacional pela China por meio de suas empresas estatais de forma ainda mais predatória que as corporações ocidentais, pois o governo chinês para obter apoio daria suporte a ditadores locais, especificamente na África.

De acordo com Rousset (2014a; 2014b) a partir da década de 1980, uma nova burguesia seria constituída na China. Não pelo retorno dos ricos exilados, mas pelo produto de uma restauração capitalista, uma “contrarrevolução” burocrática” levada a cabo pelas lideranças do PCCh que fez com que seu núcleo dirigente se transformasse numa burocracia de um novo tipo: uma “burocracia capitalista”, constituindo uma forma de capitalismo difícil de ser rotulado, mas que Rousset definiria com “capitalismo burocrático”. “This term indicates both the central place occupied by the party-state bureaucracy inside

the new dominant class, and the interpenetration of the various components of the current Chinese bourgeoisie". (Rousset, 2014b).

Assim sendo, a nova burocracia capitalista transformou o Estado, anteriormente hostil ao capital, em um Estado a serviço do desenvolvimento capitalista. E um novo proletariado também surgiu sustentado por um massivo êxodo rural de camponeses para as cidades, substituindo a classe trabalhadora da era maoísta. Ao invés do trabalho, a possibilidade de enriquecimento individual passou a ser valorizado (Rousset, 2014b). Assim, na China, estaria nascendo uma formação social particular capitalista, similar à América Latina em termos de iniquidade, mas ainda distante dos países centrais europeus.

Rousset (2014b) avalia que a "globalização neoliberal" iniciada nos anos 1990 mudou significativamente o modo de dominação imperialista. A China se impôs na arena internacional como uma "potência emergente", isto é, um país imperialista em formação com uma base econômica capitalista capaz de desafiar os Estados Unidos. O poder econômico conquistado pela China possibilitou que o "partido-estado" mantivesse o país numa posição de independência em relação aos "imperialismos tradicionais", permitindo que o regime consiga expressivas transferências de tecnologia (Rousset, 2014a). O núcleo da classe dominante chinesa estaria então engajado na criação de um novo imperialismo que eleve seu poder.

A política econômica internacional chinesa não visaria apenas a obter lucros, mas se inseriria em uma estratégia de longo prazo voltada para estabelecer suas bases de superpotência (ROUSSET, 2014a). De acordo com Rousset em relação a essa estratégia estaria a garantia de fornecimento de matérias-primas como petróleo e gás e produtos agrícolas, o controle direto da produção, monopolizando a gestão dos seus negócios, além da exportação de mão-de-obra chinesa para África ou recrutando de preferência cidadãos de outros países como o Vietnã. A estratégia também pretenderia garantir canais seguros de comunicação intercontinental através da compra de portos e aeroportos, investindo em navios mercantes e implantando gradualmente sua frota militar. Por sua vez, o país buscaria reforçar sua posição financeira internacional por meio da internacionalização do renmimbi (Rousset, 2014a). A China também estaria se tornando mais influente em outro setor dominado pelos países imperialistas tradicionais: o setor de armamentos. A exportação de armas estaria crescendo constantemente.

Turner (2014) também considera que a China se tornou um país imperialista a partir das reformas econômicas do fim dos anos 1970 que fez emergir uma "burguesia burocrática nacional". Essa burguesia teria capturado o estado, fazendo com que o país se integrasse ao sistema imperialista mundial, embora operando sob uma "placa" de nação socialista. Além disso, segundo Turner (2014, p.12) ao cumprir a função de fabricar mercadorias de baixo custo, e o papel de credor dos Estados Unidos e outros países, a China ajudaria a sustentar todo o sistema financeiro internacional. Logo, a China não seria apenas parte do sistema imperialista mundial, seu papel econômico e financeiro dentro do sistema se tornou essencial tanto quanto o papel militar dos Estados Unidos.

Nesse sentido, a China não apenas teria uma economia capitalista, mas uma economia de capitalismo monopolista. Como suas empresas estatais operariam agora como se fossem corporações multinacionais privadas, o país, de um ponto de vista leninista, também seria imperialista. Portanto, na concepção de Turner (2014), a China não seria apenas um país capitalista, mas um país capitalista desenvolvido com os monopólios e as finanças plenamente estabelecidos.

Em relação a questão militar, Turner (2014) afirma que a rápida expansão dos gastos militares chineses se realizaria de forma a permitir que no futuro o país pudesse intervir em outros países por meio da força, como um país imperialista.

Michael Metcalf, autor ligado ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, assinala que a China seria um país imperialista, porém com características próprias – "*Imperialism with Chinese Characteristics*". A análise de Metcalf (2011) consiste em uma leitura de documento publicado pelo Ministério da Defesa Chinês em 2006, e em dois ensaios do general e pesquisador Chen Zhou publicados no "*China*

Military Science” em 2007 e 2009. Nesse sentido, o autor defende que a China entrou numa nova era de desenvolvimento que traria necessariamente uma nova relação com o mundo. Assim, a China não estaria mais preocupada primeiramente em defender seu território das agressões externas como nas primeiras décadas após a fundação da República Popular. Quando sobreviver era o objetivo fundamental, a China poderia se defender de uma invasão convencional, mas não de um ataque nuclear. Agora com o desenvolvimento de armas nucleares a sobrevivência da China estaria garantida. Portanto, o país poderia se preparar militarmente para expandir e defender seus interesses econômicos em outros países (METCALF, 2011).

A necessidade do desenvolvimento econômico

Antes da proclamação da República Popular em 1º de outubro de 1949, a China havia sido colocada à condição de semicolônia pelo imperialismo (“século das humilhações”). Isto tornou o país extremamente atrasado, provavelmente o mais pobre do mundo, ainda com características feudais.

Assim sendo, a luta pelo desenvolvimento das forças produtivas esteve presente desde o início da vitória da revolução quando o PCC colocou em prática o “Grande Salto Adiante” (1959-1961), tendo como meta uma rápida industrialização (LOSURDO, 2004). A trajetória da China desde a revolução apresentou peculiaridades que decorreram justamente da luta pela redução da enorme distância do seu desenvolvimento em relação as economias capitalistas que fazem parte da cadeia imperialista, e de seus vizinhos asiáticos, principalmente após a queda do campo socialista no fim da década de 1980. A redução dessa distância seria fundamental na visão dos dirigentes chineses para que a tragédia do “século das humilhações” não se repetisse.

Vale destacar que desde a vitória da revolução, a China mantém elevado crescimento econômico (HERRERA; LONG, 2018). O crescimento se acelerou nos anos 1980 após a subida de Deng Xiaoping em 1978, quando foi colocado em marcha o programa das “Quatro Modernizações” (indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas).² Um programa que visava o rápido desenvolvimento das forças produtivas a fim de reduzir a distância entre a China e o Ocidente, que significava para os dirigentes chineses a manutenção da sua independência política conquistada com a revolução e o avanço na construção do socialismo.³“(…) our working class must also learn from the experience of working-class struggles in other lands and study the science and technology of the advanced countries so as to speed up the four modernizations in China” (Xiaoping, 1978a). Assim, “We will introduce advanced technology for the purpose of expanding our productive forces and improving the people’s living standards. This will benefit our socialist country and our socialist system” (Xiaoping, 1978b). A partir daí a China – naquele momento uma nação com 800 milhões de pessoas, sendo 80% de camponeses (Xiaoping, 1979a) – entrou gradualmente no que ficou conhecido como “socialismo de mercado”.⁴

Da necessidade de fazer concessões ao capital estrangeiro emergiu no país as “Zonas Econômicas Especiais” (ZEE) de cunho capitalista.⁵ As ZEE deveriam produzir mercadorias manufaturadas

2 Herrera e Long (2018, p.13) lembram que a aceleração do crescimento após as “quatro modernizações” é também decorrente dos esforços de acumulação de capital realizados no período anterior. “E é esse esforço prolongado de acumulação – permitido especialmente por transferências de excedente das zonas rurais – que explica o sucesso da industrialização e, em “grande medida, a fortíssima taxa de crescimento do PIB.

3 É importante lembrar que as reformas realizadas na China inspiraram outros dois países socialistas que lutaram contra o jugo colonial: o Vietnã, e mais recentemente Cuba.

4 De acordo com Xiaoping (1979 b): “Why can’t we develop a market economy under socialism? Developing a market economy does not mean practising capitalism. While maintaining a planned economy as the mainstay of our economic system, we are also introducing a market economy. But it is a socialist market economy”.

5 As ZEE foram aprovadas formalmente em 1980. (Marti, 2007; Shambaugh, 2013).

principalmente para exportação. Afim de atrair investimento externo, empresas estrangeiras que investissem nas ZEE desfrutavam de tratamento distinto quanto a impostos, infraestrutura, menos burocracia, legislação mais flexível etc. Deste modo foram introduzidas novas tecnologias e métodos avançados de administração, acelerando o desenvolvimento das forças produtivas. E já em meados dos anos 1980 as exportações chinesas de manufaturados, principalmente exportação de tecidos já era maior que a exportação de produtos primários (MARTI, 2007).

No entanto, as ZEE tiveram um alto custo político. Além do aumento das atividades criminosas nas ZEE e das tensões causadas no seio do PCC, ao longo do tempo criou-se uma burguesia sólida. Porém, quanto a essa burguesia, Xiaoping (1979a) advertia que: “The struggle against these individuals is different from the struggle of one class against another, which occurred in the past (these individuals cannot form a cohesive and overt class).”

A China normalizou as relações com os Estados Unidos em 1978, o que trouxe benefícios econômicos, notadamente a abertura das suas exportações para o mercado ocidental, além de fontes de financiamento⁶ (MARTI, 2007). Porém, no começo da década de 1990, a mudança na orientação do governo norte-americano em relação à Ásia já estava explícita. A derrocada da União Soviética em 1991 retirou uma das serventias da China e a sua expansão se tornou um problema a ser evitado, uma vez que passou a ser considerada como uma tentativa de criação de um poder regional (JOHNSON, 2007; MARTI, 2007). Entre outras consequências dessa nova conjuntura, a renovação do tratamento de “nação mais favorecida” que antes era automática, se converteu numa questão política bastante difícil (FERNANDES, 2013). Em um mundo pós-Guerra Fria, os Estados Unidos estavam dispostos a “(...) to prevent any hostile power from dominating a region whose resources would, under consolidated control, be sufficient to generate global power” (WOLFOWITZ, 2003, p.22).

Após o fim da Guerra Fria, o Ocidente liderado pelos Estados Unidos possuía, conforme destacou Losurdo (2004, p.154), um “monopólio científico e tecnológico sem precedentes na história” bem demonstrado na área da tecnologia militar. A Guerra do Golfo, em 1991, serviu de alerta para o Exército de Libertação Popular (ELP) em razão da ampla superioridade demonstrada pelas forças norte-americanas. Conforme Shambaugh (2002) desde os primeiros dias da guerra os analistas do ELP ficariam convencidos que estavam diante de uma revolução em assuntos militares, e que o ELP precisava se inserir nela de forma urgente. Os bombardeiros dos Estados Unidos penetraram no espaço aéreo iraquiano sem serem atingidos ao mesmo tempo em que a força naval aliada, bem fora do alcance das defesas iraquianas, lançaria uma onda de ataques com mísseis de cruzeiro. Nesse sentido, a estratégia do ELP foi revisada, passando a se concentrar em “guerras limitadas sob condições de alta tecnologia”. Assim, uma nova política de defesa foi colocada em prática (mudanças no regime de treinamento, novos programas de aquisição de armas etc). Na avaliação de Shambaugh (2002), essas reformas tiveram alguma continuidade com os programas e reformas realizados anteriormente no fim da década de 1980 e início da década de 1990, porém outros eram completamente novos e estavam ligadas as lições aprendidas com a Guerra do Golfo.

Não nos cabe aqui fazer uma análise da evolução da economia dos governos que sucederam a Deng Xiaoping. Mas é importante frisar que nesses governos (Jiang Zemin, Hu Jintao e o atual Xi Jinping) não houve descontinuidade da estratégia econômica lançada por Deng. E em nenhum momento o PCCh perdeu o controle do processo econômico, direcionando os investimentos de forma planejada. Ainda que a burguesia tenha assumido papel relevante, ela não define os rumos do processo de acumulação conforme atentou Ribeiro (2017), logo estamos tratando de um país que não é capitalista. Com

6 Em 1980 a China conseguiu por parte dos Estados Unidos o tratamento de “nação mais favorecida” e o reconhecimento de “nação em desenvolvimento”. Com isso houve redução das tarifas americanas sobre têxteis e vestuários chineses (Medeiros, 1999). A China também tentou reatar plenamente suas relações com a União Soviética. O fracasso dessa aproximação, que só foi parcialmente alcançado no fim dos anos 1980, fez com que Deng pendesse para os Estados Unidos. (MARTI, 2007).

isso, a China conseguiu se preservar das crises cíclicas que vive o capitalismo, mesmo após o processo de abertura. O resultado em termos de desenvolvimento da China é inquestionável: o mais rápido e persistente crescimento econômico dos tempos modernos trouxe melhorias econômicas e sociais para população chinesa (em torno de 400 milhões de chineses saíram da linha de pobreza nas duas últimas décadas) nunca desfrutadas pelas gerações chinesas passadas (LOSURDO, 2004; MEDEIROS, 2008). Recentemente, a China se tornou a segunda maior economia do mundo.

Sem a prioridade ao crescimento econômico e as reformas levadas a cabo no fim dos anos 1970, não seria possível iniciar a modernização do ELP. Isso colocaria a China refém das pressões militares do Ocidente, particularmente dos Estados Unidos. Contudo, no cenário atual, “(...) tentativas de estabelecer a hegemonia americana sobre a China levam a mais futuros explosivos e são, em qualquer caso, condenadas a fracassar. (...) A China é o país mais populoso do mundo e recentemente alcançou uma economia que promete lhe fornecer riqueza e poder proporcionais” (JOHNSON, 2007, pp.206-207).

Além disso, a China nunca renunciou sua estratégia de desenvolvimento autônomo e manteve a construção do socialismo (com características chinesas), o marxismo-leninismo que está na sua constituição e a retórica anti-imperialista. As reformas econômicas não estiveram relacionadas com a renúncia ao socialismo e a aceitação do liberalismo, conforme Deng insistentemente afirmava.

Inserção da China no Sistema Internacional

A expansão da China pelo mundo em busca de áreas que dispõem de recursos naturais e que possam receber fluxos de capitais por meio de empréstimos e investimentos, principalmente em países em desenvolvimento,⁷ é fenômeno relativamente recente. Esta expansão que teve início na década de 1990 é resultado de uma política deliberada pelo governo chinês, o chamado “Going global” (ou Going out). De acordo com Shambaugh (2013) Jiang Zemin foi fundamental na formulação e desenvolvimento dessa política. A primeira indicação da política veio em alguns discursos que Jiang proferiu internamente em meados de 1992 na preparação para o XIV Congresso do PCC em que ele encorajava a expansão internacional das empresas chinesas. Ainda segundo Shambaugh (2013), em 26 de julho de 1996, após retornar de uma visita oficial à África, Jiang Zemin em um discurso na cidade de Tangshan declarou pela primeira vez de forma explícita a importância de as empresas chinesas buscarem outros países para realizar investimentos.

Conforme mencionamos, a política do “Going global” é uma política determinada pelo Estado chinês. É o Estado que estipula regras específicas que governam o IED das empresas chinesas. Nesse sentido, uma série de decretos estaduais foi emitida entre 2000 e 2002 para regular e incentivar as empresas a investir no exterior. Foi exigido que os investimentos propostos no exterior deveriam ser revisados e aprovados pelo governo. Caberia ao Ministério do Comércio (MOFCOM) revisar todos os casos em que uma empresa chinesa deveria ser incorporada ao exterior, enquanto projetos de desenvolvimento de recursos naturais com investimento superior a US\$ 200 milhões e investimentos não relacionados acima de US\$ 50 milhões deveriam ser aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento (SHAMBAUGH, 2013, p.139). Ademais, como aponta Ribeiro (2017) quase 90% desses investimentos é de propriedade estatal.

7 É sobre os investimentos em países em desenvolvimento, América Latina e mais especificamente na África, que recaem a pecha de imperialismo chinês. A análise de Lenin sobre o imperialismo coloca ênfase na relação entre os países centrais do capitalismo, e não na relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa é uma avaliação da teoria da dependência que neste caso poderia julgar a China um país subimperialista caso se a considerasse também um país em desenvolvimento.

Por outro lado, a tão comentada inserção da China na África não data da política de “Going global”. Desde a Conferência de Bandung em 1955 a China tem se aproximado dos países africanos. Durante a década de 1970, além de ajuda financeira, a China oferecia treinamento militar aos movimentos de libertação nacional. O governo chinês contribuiu para a construção da TAZARA (Tanzania-Zambia Railway) (BRÄUTIGAM; 2009; SHAMBAUGH, 2013), obra gigantesca com 10 quilômetros de túneis e 300 pontes que, de acordo com Visentini (2011), permitiu à Zâmbia ter acesso ao mar para sua exportação de cobre, sem precisar passar por territórios inimigos como Angola e de Moçambique, na época colônias portuguesas. Depois houve um esfriamento das relações em razão da disputa ideológica com a URSS. Mas conforme Visentini (2011), os confrontos na Praça Tiananmen serviram para reaproximar a China do continente africano. Enquanto, o Ocidente protestou contra a repressão desencadeada contra os estudantes, vários líderes africanos consideraram a ação do governo chinês correta. Naturalmente as autoridades chinesas identificaram nessa posição a possibilidade de uma aliança política. Vale destacar outro ponto em comum: a desconfiança em relação às críticas do Ocidente em razão do passado de luta contra o imperialismo que a China e o continente africano foram vítimas. Deste modo, “O continente passou, então, a ser considerado pela política externa chinesa como o maior campo de aliados no mundo” (VISENTINI, 2011, p.18).

Além disso, a entrada de investimentos na África trouxe benefícios consideráveis aos países receptores, como destacam Brautigam (2009) e Visentini (2011). Primeiramente, os chineses fazem empréstimos sem exigir condicionalidades (SHAMBAUGH, 2013), o que tem criado consternação entre as instituições multilaterais. Isto porque instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) condicionam seus empréstimos com políticas econômicas pró-mercado. A falta de condicionalidades, na visão do FMI não contribuiu com as boas práticas da governança. Mas o fato é que a presença chinesa na África, neste caso, reduz a capacidade de intervenção de uma instituição que atende primeiramente os interesses do imperialismo norte-americano.

De fato, o financiamento chinês tem contribuído para construção de obras de infraestrutura necessárias após décadas de conflito, colaborando para o desenvolvimento econômico dos países da África. De acordo com Shambaugh (2013, p.162):

“In Africa alone China claims to have completed nine hundred projects, 2,233 kilometers of railroads, 3,391 kilometers of highways, forty-two stadiums and fifty-four hospitals; dispatched more than eighteen thousand Chinese medical and public health personnel and 350,000 technicians, trained thirty-thousand plus Africans from various sectors, and offered thirty-four thousand government funded scholarships to African students”.

Por sua vez, os chineses exportam mercadorias baratas, viabilizando um nível de consumo antes inalcançável para os trabalhadores africanos. Isso tem permitido aos países da África serem mais seletivos quanto aos empréstimos vindos do Ocidente (VISENTINI, 2011).

Considerações Finais

A inserção da China na economia internacional é distinta da expansão dos países imperialistas. Esta é decorrência das características intrínsecas do capitalismo levadas a cabo pelas burguesias nacionais. A nascente burguesia chinesa advinda principalmente das reformas econômicas iniciadas no fim dos anos 1970 não está no poder e não comanda o processo de acumulação na China. O PCC ainda é a força econômica e política dirigente. Portanto, a expansão chinesa na África e América

Latina se insere na tentativa, que vem sendo alcançada com sucesso evidente, em reduzir a distância do desenvolvimento das forças produtivas entre a China e o Ocidente capitalista.

Referências Bibliográficas

- BOND, Patrick. Which way forward for the BRICS in Africa, a year after the Durban summit? *Pambazuka News*, 2014. Disponível em: <<https://www.pambazuka.org/governance/which-way-forward-brics-africa-year-after-durban-summit>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.
- BRAUTIGAM, Deborah. *The Dragon's Gift: the real story of China in Africa*. New York: Oxford University Press, 2009.
- FERNANDES, Marcelo Pereira. Estratégia Imperialista Na Ásia e o Padrão Dólar Flexível: A Controvérsia Sobre a Política Cambial Chinesa. In: Ana Paula Tostes; Erica Simone Almeida Resende; Tatiana Teixeira. (Org.). *Estudos Americanos em Perspectiva: Relações Internacionais, Política externa e Ideologias Políticas*. 1ª ed. Curitiba, v. , p. 137-154, 2013.
- FIORI, José Luis. Pode global e nação: o debate da esquerda. In: *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- HOBSBAWN, Eric. *Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality*. 2ª ed. New York: Cambridge University Press, 1992.
- HERRERA, Rémy; LONG, Zhiming. O Enigma do Crescimento Chinês. *Revista Pesquisa e Debate*, v. 29, n. 1(53), p. 8-22, 2018.
- JOHNSON, Chalmers. *Blowback*. São Paulo: Record, 2007.
- KLARE, Michael. A China é imperialista? *Le Monde Diplomatique*, ed. 62, set, 2012. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-china-e-imperialista/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.
- LOSURDO, Domenico. *Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.
- MARTI, Michael E. *A China de Deng Xiaoping*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. “Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China”. In: Fiori et al. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. Economia e política no desenvolvimento recente na china. *Revista de Economia Política*, vol. 19, n. 3, Jul./Set, 1999.
- METCALF, Michael. Imperialism with chinese characteristics? reading and re-reading china's 2006 defense white paper. Faculty, National Intelligence University, Washington, sep, 2011. Disponível em: <>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.
- MILIOS, John e SOTIROPOULOS, Dimitris. *Rethinking Imperialism: a study of capitalist rule*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.
- POMFRET, John. “China's debt traps around the world are a trademark of its imperialist ambitions”. *The Washington Post*, 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2018/08/27/chinas-debt-traps-around-the-world-are-a-trademark-of-its-imperialist-ambitions/?noredirect=on&utm_term=.05733bf77178>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascism and dictatorship: the third international and the problem of fascism*. London: Verso, 1979.
- RIBEIRO, Valéria Lopes. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. *Estudos Internacionais*, v. 5, p. 121-140, 2017.

- ROUSSET, Pierre. Chinese ambitions - An imperialism in formation. *International Viewpoint*, 2014a. Disponível em: <<http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article3468>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- ROUSSET, Pierre. From whence did the new Chinese capitalismo emerge? “Bourgeoisification” of the bureaucracy and globalization. *Europe Solidaire Sans Frontières*. 2014b Disponível: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article32325>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- SHAMBAUGH, David. *China Goes Global: The Partial Power*. New York: Oxford University Press, 2013.
- SHAMBAUGH, David. *Modernizing China's Military: progress, problems, and prospects*. Los Angeles: University of California Press, 2002.
- SAKELLAROPOULOS, Spyros e SOTIRIS, Panagiotis. “From Territorial to Nonterritorial Capitalist Imperialism: Lenin and the possibility of a marxist theory of imperialism”. *Rethinking Marxism*, 27 (1) 85–106, 2015.
- TURNER, N.B. *Is China an imperialist country? Considerations and evidence*, 2014. Disponível em: <Is China an imperialist country? Considerations and evidence>. Acesso em: 02 de junho de 2018.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou Cooperação Sul-Sul? *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 48, p. 13-28, jul./dez, 2011.
- XIAOPING, Deng. The Working Class Should Make Outstanding Contributions to the Four Modernizations, Speech at the Ninth National Congress of Chinese Trade Unions 11 october. *The selected works of Deng Xiaoping modern day contributions to marxism-leninism*, 1978a. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/the-working-class-should-make-outstanding-contributions-to-the-four-modernizations/>>. Acesso em 7 de julho de 2018.
- XIAOPING, Deng. (1978 b). Carry out the policy of opening to the outside world and learn advanced science and technology from other countries. *The selected works of Deng Xiaoping modern day contributions to marxism-leninism*. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/carry-out-the-policy-of-opening-to-the-outside-world-and-learn-advanced-science-and-technology-from-other-countries/>>. Acesso em 7 de julho de 2018.
- XIAOPING, Deng (1979 a). Uphold the Four Cardinal Principles. The selected works of Deng Xiaoping modern day contributions to marxism-leninism. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/uphold-the-four-cardinal-principles/>>. Acesso em 8 de julho de 2018
- XIAOPING, Deng (1979 b). We can develop a market economy under socialismo. *The selected works of Deng Xiaoping modern day contributions to marxism-leninism*. Disponível em: <<https://dengxiaopingworks.wordpress.com/2013/02/25/we-can-develop-a-market-economy-under-socialism/>>. Acesso em 2 de julho de 2018.
- WOLFOWITZ, Paul. Remembering. In: HARRIES, O. (org). *China in the national interest*. New Brunswick: New Jersey, 2003.